

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2026-02-11

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Alves, N. A., Nico, M. & Cairns, D. (2025). Jovens portugueses na Europa: Desigualdades de transições, de participação e de mobilidade. In Renato Miguel do Carmo, Susana da Cruz Martins, Patrícia Ávila (Ed.), CIES 40 anos: Antologia de estudos sobre Portugal democrático. (pp. 201-216). Lisboa: Mundos Sociais.

Further information on publisher's website:

<https://www.mundossociais.com/livro/cies-40-anos/144>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Alves, N. A., Nico, M. & Cairns, D. (2025). Jovens portugueses na Europa: Desigualdades de transições, de participação e de mobilidade. In Renato Miguel do Carmo, Susana da Cruz Martins, Patrícia Ávila (Ed.), CIES 40 anos: Antologia de estudos sobre Portugal democrático. (pp. 201-216). Lisboa: Mundos Sociais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Capítulo 11

Jovens portugueses na Europa

Desigualdades de transições, de participação e de mobilidade

Nuno de Almeida Alves, Magda Nico e David Cairns

Introdução

Falar de desigualdades na juventude tem um duplo sentido. Podemos estar a referir-nos a desigualdades sociais entre os grupos dos mais jovens e os outros grupos etários (mais velhos), ou a obstáculos particulares associados a um período particular da vida em que se inauguram, de uma forma particularmente densa do ponto de vista temporal e demográfico (Rindfuss, 1991), esferas como a do trabalho ou da família. Mas na juventude também há “classes”. Podemos, por isso, estar a referir-nos ao facto deste período particular da vida ser um observatório particularmente rico da estratificação social (mas também de género, geográficas, etc.) das trajetórias de vida. A natureza deste livro implica a inclusão de um outro ingrediente comparativo das desigualdades, o dos países. A análise das diferenças e desigualdades sociais entre as juventudes dos vários países são de certa forma o reflexo de um reforço da corrente classista na análise da “juventude” no sentido em que estes representam diferentes Estados-providência que são, por sua vez, versões cristalizadas e assimiladas das estratificações sociais de cada país.

Importante a reter neste duplo sentido é que ele deve, de facto, ser duplo, e não simplesmente dicotómico e mutuamente exclusivo. Apesar de esforços recentes na reconciliação entre a corrente classista e a corrente geracional no estudo das mudanças e das desigualdades sociais na juventude (Bennett e Woodman, 2015), ainda persistem obstáculos entre estas correntes. Por um lado, na corrente geracional, a “juventude é tomada como um todo social cujo atributo de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada ‘fase da vida’” (Pais, [1993] 2003: 29). Tal remete para o problema de encarar a juventude como uma “entidade homogénea”, “fazendo-se uma correspondência desajustada entre uma faixa de idades e um universo de interesses culturais comuns” (Pais, [1993] 2003: 55), o que, sabe-se, não tende de todo a ser verdadeiro, sobretudo em sociedades crescentemente globalizadas, individualizadas e desiguais. Por outro lado, na corrente classista, “a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes

culturas juvenis em função de pertenças de classes, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc.” (Pais, [1993] 2003: 29).

Neste capítulo, este *olhar duplo* (e não dicotómico) consubstanciar-se-á pelos sucessivos zigzagues ou sobreposições analíticas das correntes geracional e classista (ou de *proxies* como a educação e/ou os países), como a única forma eficiente de abordar as desigualdades *dos* e *entre* os jovens.

O CIES-IUL tem tido um papel muito ativo, seja no desenvolvimento de projetos nacionais, seja na participação em projetos internacionais europeus de cariz comparativo e extensivo. Tem tido também um papel específico no sentido em que se tem focado em investigações que tomam o campo da juventude como observatório privilegiado para o estudo da mudança social e estratificação social, interpelando o objeto numa postura tematicamente “externalista”, cercando-o, portanto, a partir de uma diversidade de olhares, nomeadamente o da família, do curso de vida, do trabalho, da participação, da sociologia da comunicação, da sociologia das migrações, da mobilidade, etc.

É neste contexto de diversidade temática do estudo das desigualdades na juventude que o presente capítulo se desenvolveu. Apresenta-se inicialmente uma análise à variabilidade das transições para a vida adulta na Europa ao longo de várias gerações (com base em dados do European Social Survey e do seu módulo “Timing of life and organization of the life course” de 2006); seguido de uma análise ao diferencial interesse pela política num conjunto diverso de localizações em países europeus observado pelo projeto de investigação MYPLACE, a partir do qual se examina o efeito e o impacto de múltiplas formas de desigualdade sobre esta dimensão fundamental da participação política dos cidadãos; e, por fim, sobre mobilidade, especificamente na população estudantil, onde através do uso de evidência qualitativa recolhida no âmbito do programa Erasmus, se torna possível identificar e explorar alguns aspetos da desigualdade nos sistemas de mobilidade institucional, incluindo desequilíbrios entre diferentes países europeus.

Transições para a vida adulta: desigualdades por tempo e espaço

Existem duas correntes analíticas hegemónicas no estudo das transições. Uma caracteriza-se por compartimentar a análise das transições em esferas da vida, ao invés de analisar a trajetória de uma forma holística, tendendo, portanto, a concentrar-se em dois tipos de transições: escola-trabalho e família-família. É a transição escola-trabalho que mais atenção recebe, e de forma mais transversal a vários campos/subcampos disciplinares como a sociologia da juventude, sociologia da educação, desigualdades sociais, ensino superior, etc. As transições família-família centram-se mais na entrada na conjugalidade, na conciliação trabalho-família e nas novas formas de parentalidade. A segunda corrente é marcada metodologicamente e refere-se às opções de acesso e forma do objeto estudado. São estudos que na maioria das vezes captam um “retrato” de uma determinada realidade ao invés de captar um “filme” dessa mesma realidade. Assim, captam o “estado das coisas”

mas não o movimento, o processo, as dinâmicas próprias que levam a esse estado das coisas ou à diversidade desses estados das coisas.

A perspetiva do curso de vida, perspetiva teórica que guiou a pesquisa cujos resultados aqui parcialmente se apresentam, implica, porém, posturas analíticas diferentes, que tenham em conta a interdependência, interação e intercausalidade entre os eventos da vida e das trajetórias. É essa a abordagem, a do estudo do processo, da trajetória, das sequências e *timing* dos acontecimentos, que levou à análise seguinte, desenvolvida a partir de dados do European Social Survey.¹ Com base nestes dados combatem-se dois argumentos: o do alegado avassalador ritmo da mudança social e desestandardização das trajetórias para a vida adulta desde o início do século; e o dos fatores culturais como explicadores quase totalitários das diferenças de sequência e da natureza das transições para a vida adulta entre vários países europeus.

O alegado aumento da desestandardização opõe as transições para a vida adulta das gerações passadas e das mais recentes. Sob a proteção desta alegação, está-se em crer que as combinações possíveis de “ordem” (simbólica e concreta) das várias transições para a vida adulta (entrar no mercado de trabalho, sair de casa dos pais, viver conjugalmente, casar, ter filhos) são atualmente muito mais do que no passado. O que os dados a nível europeu nos revelam porém é uma relativa estabilidade do número de combinações (possíveis da ordem com que as várias transições para a vida adulta ocorrem) ao longo do tempo histórico, ou, se se preferir, entre as gerações consideradas. Além disso, quando desviamos o olhar para a densidade das transições (quantas das transições acima mencionadas ocorrem no mesmo ano), chegamos novamente à conclusão que são os pares ou trios normativos (coabitar, casar; ou sair de casa, coabitar, casar, no mesmo ano) que estão também estavelmente — ao longo das gerações — em maioria. Porém, quando analisamos apenas a “dessincronização” anual dos acontecimentos (entra para o mercado de trabalho, sai de casa dos pais, coabita, casa e tem filhos - ou parte destas transições - em anos diferentes de vida), verificamos que esta é absolutamente estratificada por Estado-providência, evidenciando uma grande heterogeneidade entre os países. O ritmo de crescimento deste fenómeno foi muito mais rápido nos países escandinavos do que nos países do centro/norte da Europa que por sua vez foram muito mais rápidos do que nos países do sul da Europa e pós-comunistas (figura 11.1).

1 O ESS é um inquérito social liderado por equipas do meio académico, aplicado em países da Europa de dois em dois anos (desde 2002), e tem o objetivo de “mapear e explicar a interação entre as instituições europeias, em mudança, e padrões de atitudes, crenças e comportamentos da população” (site oficial do ESS). No caso do módulo utilizado nesta pesquisa, “The timing of life: the organisation of the life course in Europe”, foi a sua primeira e até à data única aplicação mas está prevista uma nova aplicação em 2017 (estando os dados ainda não disponíveis). O *round* utilizado nesta pesquisa de 2006, com os seguintes países participantes: Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Lituânia, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Rússia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Ucrânia. A equipa portuguesa tem integrado desde a primeira ronda deste inquérito investigadores do CIES-IUL.

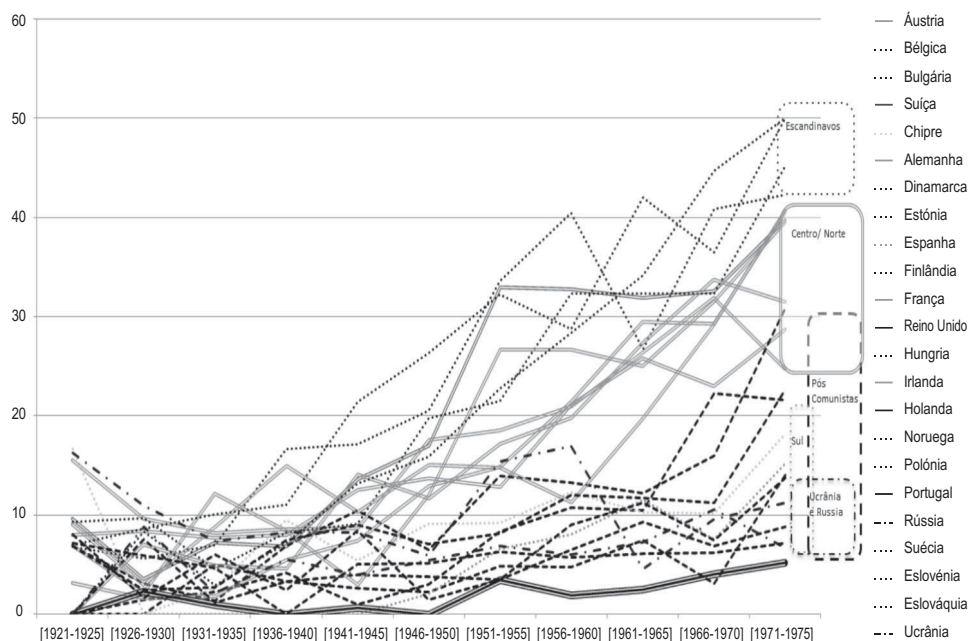


Figura 11.1 Percentagens da categoria dos eventos desmultiplicados, ao longo do tempo, por países

Esta estratificação por países reflete outras. Se cruzarmos a densidade das transições por escolaridade, ao nível da Europa, verificamos que quanto mais escolarizados são os indivíduos, maior a tendência para a desmultiplicação/gradação das transições. Desta forma, as trajetórias escolares, mais ou menos longas, que se traduzem em específicas trajetórias e em específicos valores são então parcial mas significativamente responsáveis pelas diferenças entre as gerações e entre os países.

O segundo argumento que aqui se quis contrapor é o dos fatores culturais como explicadores quase totalitários das diferenças de sequência e da natureza das transições para a vida adulta entre vários países europeus. Usa-se como exemplo a saída de casa dos pais como transição exemplar para explicar a insuficiência explicativa dos vagos fatores culturais. “Os jovens do sul da Europa saem mais tarde de casa dos pais do que os jovens dos restantes países da Europa”. Esta é a afirmação em que se baseia a segunda grande “tese popular” em torno da autonomia habitacional na Europa. No entanto, embora Portugal e outros países do sul tenham médias mais elevadas de saída de casa dos pais, também têm uma maior dispersão associada a essa idade média (são, portanto, *late but non-generalised*), o que revela precisamente um menor consenso em torno da idade em que se sai de casa, o que por sua vez insinua uma maior variedade de processos que “conspiram” para uma determinada idade de saída de casa nestes países. Assim, embora seja relativamente popular a ideia de que em Portugal se sai tarde de casa dos pais e para casar, uma mais rigorosa análise leva-nos a concluir que, em Portugal, afinal, *ou* se sai (mais)

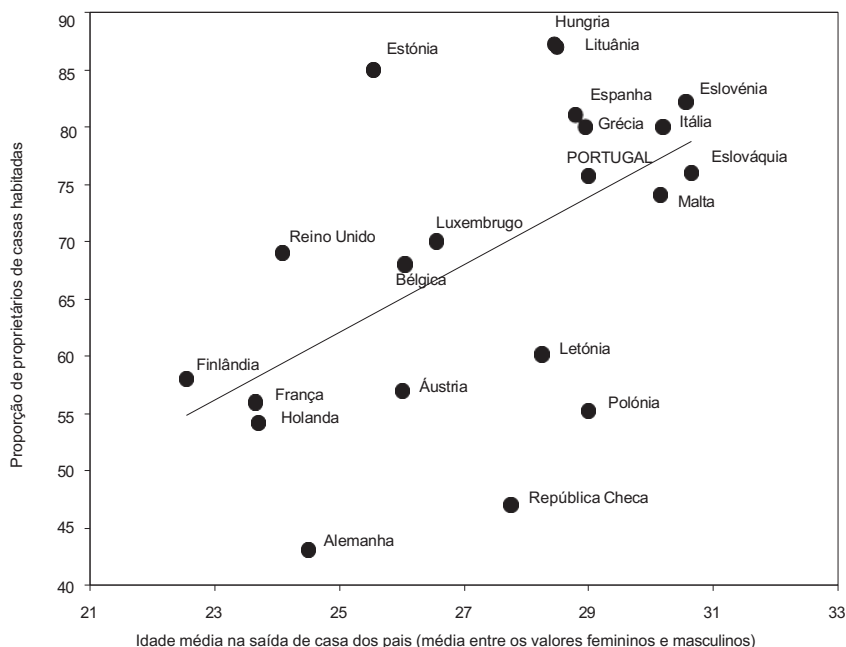


Figura 11.2 Dispersão dos países por idade média à saída de casa dos pais (jovens entre os 15 e os 29 anos, 2007) e por proporção de casas próprias nos países europeus (% , 2000)

Nota: Os países para os quais não havia informação numa das variáveis não puderam ser representados graficamente. Os dados sobre a "idade média na saída de casa dos pais (média entre os valores femininos e masculinos)" foram retirados de Eurostat News Release (2009) e os dados sobre a "proporção de proprietários de casas habitadas" foram retirados de Norris e Shiels (2007: 68).

Fontes: Eurostat Press Release (2009) e Norris e Shiels (2007: 68).

tarde de casa *ou* se sai para casar (sendo que o aumento da idade média ao primeiro casamento é transversal aos vários países europeus).

Verificou-se, assim, que a heterogeneidade entre os países é muito maior do que a heterogeneidade entre as gerações. Assim sendo, o quase "pânico moral" sobre o rumo das gerações jovens atuais face à independência ou à aparente permanência em estados de dependência com a família de origem pode muito bem ser substituído pela identificação, concreta, dos percursos mais rápidos e mais lentos de conquista de autonomia habitacional e da sua relação com *clusters* de Estados-providência na Europa. Do mesmo modo, o discurso fatalista sobre a forma como os jovens adultos de "hoje em dia" projetam e concretizam os seus cursos de vida, muitas vezes cristalizado nos exemplos dos países da Europa do sul, pode e deve ser substituído pela necessidade de uma identificação mais consistente dos instrumentos e recursos biográficos presentes e ausentes nos vários países.

Um desses recursos prende-se com as enormes desigualdades ao nível da habitação disponível e acessível à população pela Europa fora. Alguns autores identificam o nível de acessibilidade das casas (medido em inversa medida pela

proporção de casas ocupadas por proprietários) em Portugal (e na Grécia e em Espanha) tão baixo como nos países do alargamento europeu, e concluem referindo que números reduzidos de alojamentos do mercado de arrendamento impedem o acesso habitacional às camadas populacionais com menos rendimentos (2007: 66), nas quais se pode claramente incluir os jovens.

As características específicas do mercado de habitação em Portugal (e, como se verá, em outros países do sul, centro e este europeu) e a extrema dificuldade na sua entrada definitiva e especialmente intermitente são negligenciadas enquanto potencial explicação para as diferenças de idade média na primeira saída dos jovens de casa dos pais entre os países e ao longo do tempo.

A figura 11.2 ilustra, deste modo, uma enorme proximidade entre os países do sul europeu e a proporção de proprietários de casas ocupadas (*versus*, leia-se, a proporção inversa de casas ocupadas por arrendatários) que revela simultaneamente a elevada indisponibilidade de casas a serem ocupadas rapidamente e de forma flexível e a elevada dificuldade em ter adequado acesso monetário à ocupação de uma casa.

Em suma, pode afirmar-se que uma análise dos *timings* e ritmos atuais de saída de casa dos pais que vá para além das causas próximas (no tempo e no efeito de causalidade) torna-se definitivamente menos fatalista do que uma análise baseada na “bênção” das continuidades culturais (nomeadamente dos países do sul da Europa). Assim, é importante reforçar que não são só os países de sul que são alvo de continuidades culturais. Aliás, uma determinada, específica e muito peculiar “cultura de Estado” é típica dos países escandinavos. A cultura (ou continuidades culturais), como variável explicativa, não pode ser associada apenas aos países do sul da Europa, nem ser associada necessariamente a uma função de travão de mudança social.

O desigual interesse pela política em Portugal e na Europa: o efeito decisivo da etapa do curso de vida

Entre os cientistas sociais que analisam fenómenos políticos é consensual a consideração de que os jovens nutrem alguma desafeição pela política em geral e pela participação eleitoral e cívica em particular (Furlong e Cartmel, 2007). Este afastamento entre os jovens e a política é generalizado a todo o mundo ocidental, embora registre diferenças significativas entre países e regiões, como se verá mais à frente. Abordar este problema a partir da problemática das desigualdades no ocidente significa pensar num conjunto de fatores e processos que conferem sentido à desigualdade de participação e de envolvimento cívico por parte de determinados grupos sociais, mais do que a negação de direitos políticos e cívicos — de desigualdades existenciais tais como definidas por Goran Therborn (2006) —, conjugando não só diversos níveis de análise, como diversas dimensões potencialmente explicativas do problema. No quadro desta estratégia analítica, colocar-se-ão em foco diversos contextos de emergência de desigualdade em torno do interesse pela política e proximidade a partidos políticos por parte dos jovens: contextos (países, localidades) e respetivas características sociodemográficas.

O material empírico utilizado provém de um inquérito por questionário efetuado em 14 países da Europa no âmbito do trabalho de campo do projeto de investigação MYPLACE, conjugando um conjunto significativo de fatores potenciais de emergência de desigualdade de participação política e de envolvimento cívico entre os jovens residentes em cada um destes países.²

Uma das primeiras questões desse questionário procurava conhecer o posicionamento dos jovens relativamente ao seu interesse pela política, primeira instância mobilizadora para a participação e ação política. Tal como está patente na figura 11.3, este interesse encontra-se muito desigualmente distribuído pelas diversas localizações MYPLACE. Os jovens que revelam mais interesse pela política (agregando os valores respeitantes às categorias “muito interessado” e “algo interessado”) somam 50% em apenas 10 das localizações estudadas, remetendo as 20 restantes para graus diversos de desinteresse.

As 10 posições cimeiras são ocupadas pelo pleno das localizações dinamarquesas, alemãs (leste e oeste) e espanholas, adicionando-se ainda uma britânica e uma portuguesa, curiosamente a que estabelece o limite mínimo da maioria. No polo oposto verifica-se uma acumulação das localizações húngaras, letãs e eslovacas entre os locais cujos jovens apresentam um mais elevado grau de desinteresse pela política. A distribuição apresentada não permite a retirada de conclusões claras, revelando apenas uma maior concentração do ocidente europeu no polo do maior interesse pela política, por oposição ao leste onde o número de localizações cujos jovens residentes são pouco interessados é mais frequente. A tentação de estabelecer aqui uma associação entre países com tradições democráticas mais estabelecidas por oposição a implantações mais recentes é grande, mas a distribuição não permite um recorte absolutamente seguro que comprove a conexão, apesar destes dados se conjugarem com outros indicadores que segmentam o interesse e a simpatia partidária na Europa, tais como as taxas de abstenção, de participação política e cívica e de confiança nas instituições (ver, por exemplo, Almeida, 2013). Para além disso, há ainda a salientar que os valores das localizações aqui consideradas poderão estar consideravelmente desajustados num ou noutro sentido das médias nacionais.

Os resultados patentes na figura 11.3 poderão talvez dever-se a outros fatores que potenciam um maior ou menor interesse pela política por parte dos jovens,

2 Memory, Youth, Political Legacy And Civic Engagement, financiado pela Comissão Europeia ao abrigo do 7.º Programa Quadro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MYPLACE: FP7-266831) e coordenado por Hillary Pilkington, realizado junto de jovens entre os 16 e os 25 anos de duas localizações distintas em cada país. Esta dupla localização procurava explorar eventuais diferenças de participação política e envolvimento cívico em virtude da exploração de uma clivagem particular (de natureza, social, étnica, linguística, etc.) escolhida por cada uma das equipas de investigação nacionais. Em Portugal, essa clivagem é de natureza territorial e social, processada através da escolha da freguesia do Lumiar e de um agregado de freguesias do concelho do Barreiro (Barreiro, Lavradio, Verderena e Alto do Seixalinho), sublinhando potenciais diferenças observáveis entre jovens residentes numa zona de classe média urbana de Lisboa em contraste com uma zona de matriz pós-industrial, em processo de suburbanização crescente e cuja composição social é “pós-operária”, em transição para uma maioria de trabalhadores dos serviços e vendedores.

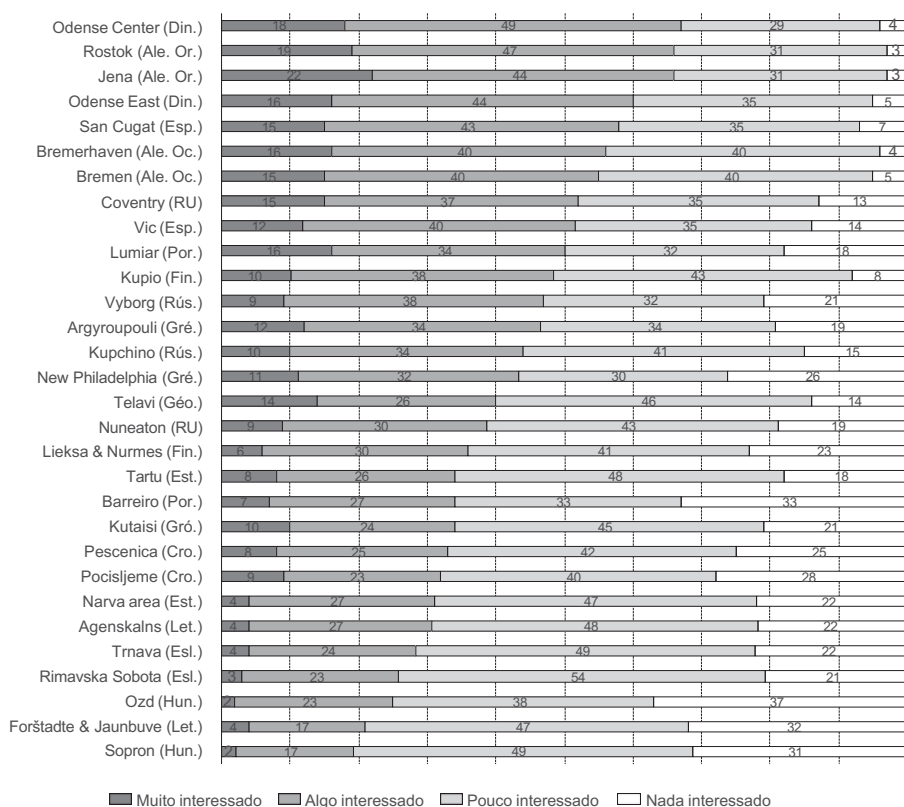


Figura 11.3 Autoavaliação do interesse pela política por localidade (%)

Fonte: Inquérito MYPLACE.

nomeadamente a idade e a classe social. As localizações onde o interesse pela política é mais elevado apresentam uma forte concentração de jovens cuja idade está mais próxima do limite etário superior em observação (25 anos), coincidindo ainda em grupos de países onde a autonomização pessoal e residencial dos jovens é feita mais precocemente. Por outro lado, as localizações onde o interesse pela política é menor apresentam uma maior proporção de indivíduos mais jovens e sobretudo abaixo do limite etário que lhes garante capacidade eleitoral (cf. Ellison e Pollock, 2014: 40-59). A mediação do interesse pela política pela variável classe social apresenta um perfil semelhante, embora com dados menos incisivos, verificando-se igualmente uma associação mais clara entre um maior interesse pela política e origens sociais mais favorecidas do que, por oposição, uma menor afeição pela política e origens sociais mais humildes (*idem*).

A idade, e a respetiva associação entre capacidade eleitoral e etapa do curso de vida, afigura-se então como a variável com maior potencial explicativo para elucidar o desigual interesse pela política entre os jovens europeus. Essa

relação surge reforçada também pela avaliação que os jovens inquiridos fazem acerca do interesse pela política dos amigos e familiares que os cercam (*idem*: 60-65). Verifica-se, em primeiro lugar, uma curiosa homologia entre o posicionamento das regiões em função do interesse conferido à política pelos próprios e o interesse que estes atribuem a familiares e amigos. Regista-se aqui uma fratura parcial de gerações onde (especialmente) pais, avós e mães registam níveis médios (atribuídos) de interesse pela política mais elevados, seguidos pelos próprios, parceiros e pares e, por último, os irmãos, registando níveis médios de interesse sensivelmente mais baixos. Este escalonamento de posições é claramente consentâneo com a desafeição dos mais jovens pela política quando comparados com as gerações anteriores (García-Albacete, 2014), sendo, no entanto, admissível que tal desinteresse vá diminuindo à medida da progressão no curso de vida, com o início da vida ativa e a assunção de responsabilidades familiares em detrimento de projetos de vida mais autocentrados (Kinder, 2006; Albacete, 2014: 54). No entanto, o atual prolongamento dos processos de transição para a vida adulta motivado por uma mais problemática trajetória da educação para o mundo do trabalho (Furlong e Cartmel, 2007; Alves, *et al.*, 2011) poderá eventualmente pôr em causa esta noção incremental de maturidade cívica e política ao longo do curso de vida (Flanagan, *et al.*, 2012).

Este posicionamento por parte dos jovens residentes nas diversas localizações do projeto relativamente à dimensão da participação política e cívica (bem como a outras não analisadas aqui por imperativos da economia do texto) sugere algumas pistas para reflexão em torno da associação com a problemática das desigualdades sociais. Se a idade e a posição no curso de vida são o principal fator a considerar (embora necessariamente moduladas pelas desigualdades sociais) como justificação para um menor interesse pela política e uma menor proximidade aos partidos, essa desafeição não terá deixado de ter uma resposta por parte dos atores políticos, qualificando o segmento de jovens desmobilizados e abstencionistas como eleitoralmente desinteressante do ponto de vista do mercado político. Essa qualificação terá tido reflexos evidentes passados, presentes e futuros no desenho das políticas públicas mais relevantes para este segmento específico da população (políticas de juventude, educação, emprego e habitação). Estamos assim perante um processo de produção de uma dupla desigualdade na relação entre os jovens e a política. Os jovens adultos tendem a desinteressar-se pela política, desinteresse esse que é ainda amplificado por origens sociais menos favorecidas e/ou não ingresso no ensino superior (Flanagan, *et al.*, 2012), e a política a desinteressar-se dos jovens, com impacto específico nas políticas públicas, em particular em países onde por vicissitudes várias o Estado-providência não chegou às políticas destinadas aos jovens, como é o caso de Portugal e dos restantes países do sul da Europa. O cenário contemporâneo de prolongamento das transições para a vida adulta, num quadro de permanente instabilidade económica e de regressão do Estado-providência, só potencia este problema e a plena afirmação desta dupla desigualdade.

Mobilidade e desigualdade

Como introduzido no início deste capítulo, existe diversidade entre países e populações relativamente ao ritmo das transições para a vida adulta. Essa diversidade não respeita apenas aos domínios da educação, do trabalho, da habitação e da família, afetando também a capacidade de integrar a mobilidade espacial na transição individual: por exemplo, estudar ou trabalhar no estrangeiro, manter um estilo de vida cosmopolita ou até ter relacionamentos românticos com parceiros de outros países. Este tema será explorado nesta secção do capítulo, com referência específica à juventude portuguesa e participação no programa Erasmus.³

Como abordado num projeto de investigação recente do CIES-IUL, o programa Erasmus, apoiado pela Comissão Europeia, oferece aos estudantes a oportunidade de realizarem permanências de curta duração em universidades estrangeiras, com duração entre três meses e um ano, com o objetivo de melhorarem as suas competências interculturais e o seu nível de empregabilidade. Portugal é um parceiro integral no programa e tem dado um contributo significativo para apoiar esta forma de circulação intraeuropeia. Em 2017 o Erasmus entrou no seu trigésimo ano de funcionamento e abrange todos os Estados-membros da União Europeia e alguns outros países afiliados, por exemplo, Turquia, Islândia e Noruega.⁴

Na fase atual da iniciativa, designada Erasmus +, em curso entre 2014 e 2020, o programa integra ainda várias ações de mobilidade, incluindo estágios, voluntariado e mestrados. No entanto, o programa é ainda definido pelo seu elemento mais popular: intercâmbio de estudantes de licenciatura entre instituições de ensino superior de diferentes países. Para apreciar devidamente a importância desses intercâmbios, é necessário reconhecer que essas visitas não são exemplos de migração, uma vez que o movimento realizado no âmbito do programa Erasmus, codificado como *credit mobility* pela Comissão Europeia devido ao facto de os estudantes receberem créditos ECTS (European Credit Transfer and Accumulation System) pelo trabalho que realizam no estrangeiro (Comissão Europeia, 2015: 8), implica o retorno garantido à sociedade de origem com novas capacidades que possam ser implantadas no mercado de trabalho doméstico. O objetivo consiste em que os participantes se envolvam em projetos reflexivos de construção de vida durante as suas estadias no exterior, embora ainda exista a possibilidade de os participantes se empenharem em estratégias migratórias numa fase posterior do ciclo de vida. Esta disposição permite à Comissão evitar de forma clara a alegação politicamente problemática de que o programa Erasmus estimula a fuga de cérebros.

Como apresentado em publicações anteriores (Cairns, 2017; Cairns *et al.*, 2017), para as instituições europeias o programa Erasmus constitui uma boa notícia numa altura em que a coesão social, económica e política está sob uma tensão

3 Esta investigação foi apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) como parte do projeto “Mobilidade Estudantil Internacional: Uma Perspetiva Sociodemográfica”, SFRH/BP/103320/2014, orientado no CIES-IUL pela professora Maria Guerreiro.

4 Desde 1987, foram realizados nove milhões de intercâmbios, abrangendo cerca de quatro milhões de estudantes (Comissão Europeia, 2017).

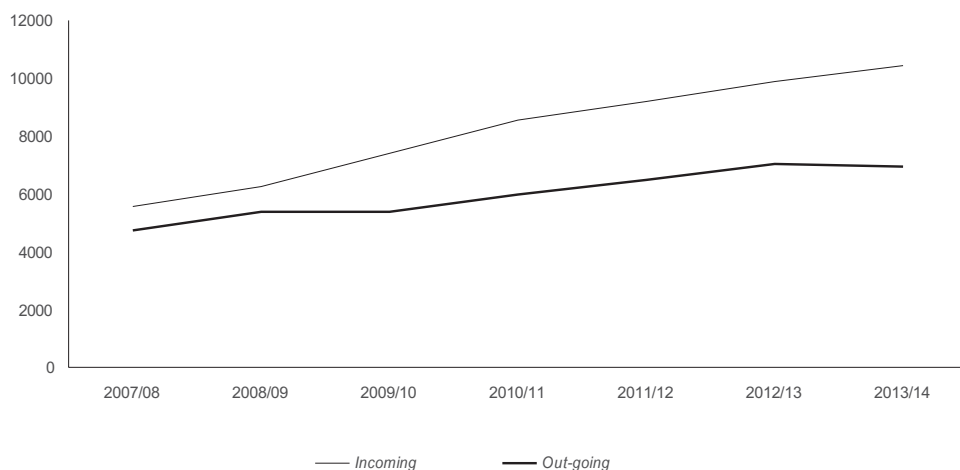


Figura 11.4 Mobilidade (*incoming* e *outgoing*) pelo Programa Erasmus em Portugal 2007-2014

Fonte: Comissão Europeia (2016).

considerável por causa de eventos como a crise dos refugiados, o Brexit e as dificuldades na zona euro. Por conseguinte, o Erasmus adquire importância não só como forma de contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, mas também como um lembrete simbólico da cooperação intraeuropeia. Porém, embora este seja um programa bem-sucedido em termos quantitativos, é ainda necessário considerar o problema da igualdade de acesso nos processos de integração da mobilidade intraeuropeia nos sistemas de ensino terciário.

Esta posição leva-nos a fazer perguntas sobre a participação portuguesa no programa, com referência específica à medida em que os níveis de mobilidade de *incoming* e *outgoing* são recíprocos. Os dados administrativos publicados pela CE suscitam dúvidas sobre a equidade na distribuição de oportunidades de participação em toda a Europa, uma vez que os estudantes de alguns países, como por exemplo da Alemanha, França e Itália, parecem beneficiar mais do que outros relativamente ao número de intercâmbios de mobilidade *outgoing*.

Portugal é um exemplo de um país no qual os números dos que chegam tendem a exceder os fluxos de saída. A figura 11.4 ilustra esta tendência ao longo de um período de sete anos consecutivos. Podemos ver que tem havido um aumento constante no número de estudantes Erasmus que vêm para Portugal, mas no respeitante aos alunos que saem os números demonstram que, na melhor das hipóteses, foi atingido um patamar estável.

Para percebermos melhor este desequilíbrio na participação no programa Erasmus e as razões pelas quais muitos estudantes portugueses podem estar a perder a oportunidade de se envolverem na mobilidade apoiada pela CE, utilizaremos o material recolhido na investigação realizada no CIES-IUL entre 2015 e 2017. Esta investigação incluiu 24 entrevistas realizadas com os indivíduos que gerem a

mobilidade Erasmus em oito universidades portuguesas, pessoas que estão bem posicionadas para compreender o que determina a prevalência deste tipo de mobilidade intraeuropeia.

Estudos anteriores argumentaram que são os valores relativamente baixos das bolsas Erasmus que constituem a razão mais frequentemente citada para a não participação (por exemplo, González *et al.*, 2011), uma vez que é esperado que sejam as famílias a compensar essas insuficiências. Isso pode representar uma soma considerável de dinheiro. Se considerarmos que estudar no estrangeiro poderá implicar um custo médio de 1000 euros por mês com uma duração média de 5,3 meses (Comissão Europeia, 2017), e que a bolsa média Erasmus é de 281 euros por mês, cada visita de intercâmbio custará a um estudante e à sua família cerca de 4000 euros, com variação considerável de acordo com o destino escolhido.

Tendo em conta as difíceis circunstâncias económicas que afligem muitos estudantes em Portugal após a crise económica de 2008 (Alves, *et al.*, 2011; Cairns, *et al.*, 2016), a incapacidade de pagar o Erasmus constitui uma explicação óbvia para ficar em casa. Por isso não surpreende a confirmação em todas as oito instituições visitadas de que as barreiras financeiras constituem o principal motivo citado pelo qual mais estudantes de Portugal não participam no programa. Isto é explicado adequadamente pelo entrevistado de uma das mais proeminentes universidades regionais de Portugal:

O declínio do número de aplicações coincidiu com a crise. Na altura notámos que havia alunos que se candidataram e que mais tarde se retiraram do programa. Às vezes não se percebe claramente porque isso acontece, mas noutros casos parecia claro que alguém tinha ficado desempregado na família e que seria errado gastar dinheiro no Erasmus (chefe do Escritório Internacional).

Para além deste problema, as instituições portuguesas lidam ainda com a pressão causada pelo sistema de governança financeira dentro do programa. A preocupação central não é a falta de lugares. Pelo contrário, a maioria das instituições visitadas têm geralmente um número suficiente ou mais do que pode ser atribuído. O problema é a pressão para recrutar um número suficiente de estudantes, a fim de evitar a perda de financiamento.

As alocações financeiras para universidades da Agência Nacional de Erasmus são calculadas a partir do número de alunos que saíram em anos anteriores. Portanto, se menos estudantes vão para o estrangeiro num ano, isso implica cortes de financiamento no próximo, e assim por diante. A citação seguinte, proveniente de uma entrevistada pertencente a uma universidade privada de Lisboa, explica como o sistema opera:

A forma como calculam [o orçamento] é baseada nos números dos últimos três anos dos nossos estudantes de saída, números esses que eram estáveis até à crise. Eu acho que em 2010 eu tinha 50 e depois disso a queda foi abrupta em 2011 e 2012 especialmente. Por isso, avaliando os últimos três anos para calcular o número de subvenções, acabámos com oito (chefe do Escritório Internacional).

A ênfase é assim colocada nas universidades para manterem os números, independentemente das pressões internas e externas. Contudo, a maioria das instituições visitadas estavam a lidar relativamente bem com esta situação, embora nas grandes instituições os orçamentos tivessem de ser esticados para acomodar todos os que desejam ir para o estrangeiro. Estão igualmente presentes outras razões para não participar, relacionadas com fatores culturais e sociais em Portugal. Uma das questões levantadas pelos entrevistados refere-se ao nível de independência em que se encontram face às suas famílias de origem.

É importante lembrar que os intercâmbios ocorrem num ponto relativamente cedo no curso da vida; a idade média de um estudante Erasmus é 23 anos (Comissão Europeia, 2017). Isto é significativo porque Portugal tem características bastante distintas no que se refere à transição para a idade adulta. Isto inclui estadias prolongadas na casa dos pais, sendo esta a norma, particularmente quando se estuda para um curso de graduação, envolvendo a dependência das famílias para o apoio financeiro e emocional (Guerreiro e Abrantes, 2004). Por conseguinte, espera-se que estes estudantes saiam do país num momento em que talvez ainda não tenham vivido fora do lar.

Outra questão que surgiu em quatro das instituições visitadas refere-se ao facto de alguns estudantes portugueses não terem aquilo que se descrevia como a “mentalidade” certa para participar no programa Erasmus devido ao nível de conforto que têm ao viverem com as suas famílias e, por isso, na sua acrescida capacidade de consumo. Isto foi explicado por um entrevistado em outra das universidades privadas de Lisboa:

Os jovens portugueses têm estilos de vida muito diferentes da média dos europeus e uma conceção do futuro também diferente. Porque, por exemplo, recebemos muitos estudantes da Polónia, da Itália e da Espanha. E eles não se preocupam se estão bem vestidos ou não. Mas para os portugueses isso é muito importante. O carro, o casaco, os sapatos, tudo. Em alguns países isso não é importante para os jovens. A coisa mais importante é a educação. E na verdade isso é algo que precisamos de mudar, a mentalidade dos nossos alunos e jovens (chefe do Escritório Internacional).

Uma barreira é, portanto, criada pelo facto de os jovens portugueses não se terem ainda tornado independentes dos pais numa idade relativamente adiantada do seu curso de vida, ao contrário do que acontece noutros países. A influência da família não é necessariamente um “problema”, mas a falta da experiência em morar fora da casa pode tornar a ideia de residir noutro país em algo difícil de conceber. Esta é, no entanto, uma questão complexa e não podemos fazer grandes deduções a partir de material limitado, mas pode tornar a mobilidade numa baixa prioridade para muitos estudantes portugueses enquanto estudantes de licenciatura.

Ao encerrar esta parte do nosso capítulo, podemos ver que tanto os indivíduos como as instituições enfrentam dificuldades no que diz respeito à garantia de participação igualitária num dos programas de mobilidade mais importantes e politicamente relevantes na Europa. O que é preocupante não é apenas que os estudantes portugueses estejam a perder potencialmente uma experiência

educativa importante que pode ter um impacto positivo no seu desenvolvimento profissional, mas também por estarem ausentes do processo de criação de coesão social na Europa. E se a questão da participação desequilibrada não for abordada, o Erasmus corre o risco não só de se tornar uma oportunidade restrita para os estudantes, mas também de tornar-se um fator de desigualdade europeia e não um farol de esperança para aqueles que desejam ter laços mais estreitos entre os Estados-membros da UE.

Conclusões

O presente capítulo procurou trabalhar três evidências de desigualdade que passam o quotidiano dos jovens portugueses com base em investigação sobre a juventude portuguesa no quadro das atividades do CIES-IUL. Todos os problemas analisados e resultados obtidos põem em foco o lugar estratégico da juventude no quadro do curso de vida, período onde emergem circunstâncias e problemas usualmente tidos como transitórios e/ou transponíveis, mas cujos efeitos podem perdurar indefinidamente.

A análise das transições para a vida adulta neste capítulo pretendeu desconstruir duas ideias frequentes e pouco mensuradas dos estudos da juventude: (1) a do alegado avassalador ritmo da mudança social das trajetórias para a vida adulta desde o início do século; (2) e a dos fatores culturais como explicadores quase totalitários das diferenças de sequência e da natureza das transições para a vida adulta entre vários países europeus. Esta análise foi realizada com base no European Social Survey (“Timing of life and organization of the life course” de 2006) e numa análise das sequências e *timing* das primeiras transições para a vida adulta. Pôde concluir-se que (1) o aumento da variabilidade de sequências transicionais ao longo do tempo (histórico) é de moderado a fraco, (2) e que as diferenças entre os países são mais evidentes do que as diferenças entre as gerações. As duas conclusões reforçam as desigualdades estruturais e classistas entre jovens do mesmo país e entre jovens de diferentes países.

O desinteresse pela participação cívica e política por parte dos jovens constitui também um problema que deverá ser analisado à luz das desigualdades sociais, em primeiro lugar porque constitui uma evidência de desigualdade, como tantas outras, polarizada por variáveis como a idade ou a classe social, em segundo lugar porque a desigualdade de participação potencia a emergência ou reforço de outras desigualdades num trajeto potencialmente sistémico, e, por último, porque ao contrário dos processos ingenuamente tidos como transponíveis, esta forma de desigualdade tem efeitos provavelmente perenes no quadro da atual configuração política e económica na Europa, necessitando por isso da ativação de políticas públicas específicas que atenuem a desigualdade de participação política na Europa de base etária.

Amobilidade geográfica, especificamente na forma de migração externa, tem sido tradicionalmente um meio de escapar à desigualdade económica vivida em Portugal, particularmente no respeitante ao acesso ao mercado de trabalho. No

entanto, na Europa de hoje, muita mobilidade é essencialmente circulatória, especialmente entre os jovens, seja para fins de trabalho, de estudo ou de lazer. O que isso significa é que existe um desafio colocado à organização de sistemas de mobilidade institucional, como o programa Erasmus da Comissão Europeia, de forma a ajudar a superar em vez de reproduzir desigualdades entre e dentro dos diferentes países. Um exemplo destacado neste capítulo é a dificuldade que os jovens com origens socioeconômicas menos favorecidas têm em aceder às plataformas de mobilidade, consistindo num grande desafio o programa Erasmus.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos, Portugal e a Europa*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista, e Renato Miguel do Carmo (2011), *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Bennett, Andy, e Dan Woodman (2015), *Youth Cultures, Transitions, and Generations. Bridging the Gap in Youth Research*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Cairns, David (2017), "The Erasmus undergraduate exchange programme: a highly qualified success story?", *Children's Geography*, doi.org/10.1080/14733285.2017.1328485.
- Cairns, David, Valentina Cuzzocrea, Daniel Briggs, e Luísa Veloso (2017), *The Consequences of Mobility: Reflexivity, Social Inequality and the Reproduction of Precariousness in Highly Qualified Migration*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Cairns, David, Nuno de Almeida Alves, Ana Alexandre, e Augusta Correia, (2016), *Youth Unemployment and Job Precariousness: Political Participation in the Austerity Era*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Ellison, Mark, e Gary Pollock (eds.) (2014), *Measuring Participation - MYPLACE WP4 Deliverable 4.6: Europe-Wide Thematic Report*, disponível em http://www.fp7-myplace.eu/documents/D4_6/MYPLACE_d4_6.pdf.
- Flanagan, Constance, Andrea Finlay, Leslie Gallay, e Taehan Kim (2012), "Political incorporation and the protracted transition to adulthood: the need for new institutional inventions, *Parliamentary Affairs*, 65, pp. 29-46.
- García-Albacete, Gema (2014), *Young People's Political Participation in Western Europe. Continuity or Generational Change?*, Basingstoke, Palgrave MacMillan.
- Kinder, D. R. (2006), "Politics and the life cycle", *Science*, 312 (5782), pp.1905-8.
- Machado, Fernando Luís (2009), "Meio século de investigação sociológica em Portugal — uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia*, 19, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 283-343.
- Nico, Magda (2013), "Variability of the transitions to adulthood in Europe: a critical approach to de-standardization of the life course", *Journal of Youth Studies*, Routledge.
- Nico, Magda (2016), "Youth inequalities: intersections, comparisons and accumulations, youth partnership", disponível em http://pjp-eu.coe.int/documents/1017981/9000853/AnalyticalPaper_YouthInequalities_MagdaNico.pdf/bf46962f-d2d2-4f03-85cd-22c1f02ffa8b.

Pais, José Machado (2003 [1993]), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Rindfuss, Ronald R. (1991), "The young adult years: diversity, structural change and fertility", *Demography*, 28 (4), pp. 493-512.

Publicação Original

Alves, Nuno de Almeida, Nico, Magda, Cairns, David (2018), "Jovens portugueses na Europa Desigualdades de transições, de participação e de mobilidade", em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 149-164.

Republicado nesta obra com autorização.